

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.645.928 - RJ (2016/0337434-6)**

RECORRENTE : LUCIO CARLOS DE SOUSA  
ADVOGADO : LUCIO CARLOS DE SOUSA (EM CAUSA PRÓPRIA) -  
MG072974  
RECORRIDO : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA  
ADVOGADOS : MARCELO DUARTE MARTINS E OUTRO(S) - RJ083300  
ALEXANDRE EZECHIELLO - RJ143732  
RACHEL TAVARES CAMPOS E OUTRO(S) - RJ101462  
RECORRIDO : UNIÃO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por Lúcio Carlos de Sousa, com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.  
EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA.  
PRESCRIÇÃO.

Não procede a alegação de que as questões analisadas na sentença estão dissociadas do seu pleito inicial. O MM.

Magistrado a quo discorreu acerca do Empréstimo Compulsório de Energia Elétrica - ECE em linhas gerais, concluindo pelo decurso do prazo decadencial para requerer a restituição dos créditos em discussão, de modo que as demais questões restaram prejudicadas.

De acordo com a norma do parágrafo único, o art. 15 do CTN, a lei que instituir o empréstimo compulsório deve fixar, obrigatoriamente, o prazo do empréstimo e as condições de seu resgate, observado, no que for aplicável, as disposições do Código Tributário Nacional.

Havendo previsão legal, não é possível que os valores pretendidos sejam corrigidos de outra forma.

Dado parcial provimento à apelação.

Foram interpostos embargos de declaração por ambas as partes. Nos aclaratórios do contribuinte, dentre as alegações, afirmou-se ocorrer omissão acerca da fixação das verbas sucumbenciais, uma vez que a sentença teria sido reformada em seu favor. Se houve decaimento este foi mínimo, o que justificaria a aplicação do art. 20 e 21 do CPC/1973.

Os embargos de declaração foram desprovidos, tendo explicitado o julgador, quanto ao tópico acima, *verbis*:

Mesmo em relação aos honorários, houve sua fixação específica no julgado recorrido, não sendo os presentes declaratórios veículo adequado para estabelecer nova mensuração quanto à extensão da sucumbência.

No presente recurso especial, o recorrente aponta violação dos arts. 21 e 535, II, do CPC/1973. Alegando, em síntese, que houve a omissão acima referida e que deveria o julgador ter redimensionado a fixação de honorários.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

É o relatório. Decido.

Assiste razão ao recorrente, no que toca à alegada violação do art. 535, II, do CPC/73.

De fato, o recorrente apresentou questão jurídica relevante, qual seja, a necessidade de reavaliação dos ônus sucumbenciais, tendo em vista a reforma da sentença. Apesar de provocado, por meio de embargos de declaração, o Tribunal *a quo* não apreciou a questão.

Nesse contexto, diante da referida omissão, apresenta-se violado o art. 535, II, do CPC/73, o que impõe a anulação do acórdão que julgou os embargos declaratórios, com devolução do feito ao órgão prolator da decisão para a realização de nova análise dos embargos.

Com o mesmo diapasão, destaco os seguintes precedentes, *in verbis*:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO QUANTO À QUESTÃO FUNDAMENTAL PARA ANÁLISE DA DEMANDA. RECURSO ESPECIAL DO MPF PROVIDO PARA ANULAR O ACÓRDÃO PROFERIDO EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM A FIM DE QUE SUPRA A OMISSÃO APONTADA, PREJUDICADA A ANÁLISE DAS DEMAIS QUESTÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Da análise dos autos, verifica-se de que as alegações apresentadas pelo Ministério Público Federal, em sede de Embargos Declaratórios, especialmente quanto a importância ambiental da área, que abriga espécime raro e as falhas apontada no Estudo de Impacto Ambiental, não foram realmente analisados pela Corte local.

2. Com a oposição dos Embargos de Declaração, foi expressamente solicitada a manifestação do colegiado acerca de tais questões, de forma que lhe cabia analisar o ponto omissivo/contraditório e sanar a irregularidade apontada. Não tendo o Tribunal sequer feito referência a isso, de fato, houve violação do art. 535, II do CPC, o que importa a reforma da decisão.

3. Agravo Regimental da UNIÃO desprovido. (AgRg no REsp n. 1.221.403/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Dje de 23/8/2016.)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. FUNGIBILIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL. ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO. OMISSÃO EXISTENTE. SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. QUESTÃO

**RELEVANTE. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.**

1. Os princípios da fungibilidade recursal e da economia processual autorizam o recebimento de embargos de declaração como agravo regimental.

2. Caracteriza-se ofensa ao art. 535 do CPC quando a Corte de origem deixa de se pronunciar a respeito de questões essenciais ao julgamento da lide, as quais poderiam, em tese, levar a resultado diverso.

3. Agravo regimental não provido. (EDcl no AgRg no REsp n. 1.561.073/AL, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 18/4/2016.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para anular o acórdão que julgou os embargos de declaração e determinar o retorno dos autos ao Tribunal *a quo* para que se manifeste especificamente sobre as questões articuladas nos declaratórios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator